

caderno

de

NOTÍCIAS

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do Andes . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo
Edição número 86 . Novembro/Dezembro 2011 / Janeiro 2012

2011: a luta pela educação pública em ebulição

Esta edição do Caderno de Notícias resgata as principais lutas pela educação pública, em 2011, no Brasil e no mundo. Além disso, aponta os desafios para os docentes no próximo ano.



**Entrevista
Valentina Olivares
Estudante da
Universidade do Chile**

Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir!

“Nossa tolerância acabou!” é a mensagem que vem ecoando entre vários movimentos sociais em luta pela educação de qualidade ao longo de 2011. Essa também é a mensagem que deixamos aos professores neste último Caderno de Notícias do ano. Mas junto dela, temos ouvido insistentemente outra afirmação, bem mais propositiva: “Da indignação à ação!”, “das redes às ruas!”. Contra o ressentimento paralisante, é na mobilização dos coletivos que se afirma os caminhos para a construção de outro mundo possível.

Nesse sentido, 2011 foi um ano exemplar. Um ano em que se viveu uma crise que tem e terá efeitos profundos na educação desse país. De fato, não se trata apenas de uma crise financeira, como apregoam os jornais televisivos, mas uma crise subjetiva, de credibilidade!

Em 2011, nossa confiança em promessas “adquiríveis” no mercado acabou. Eis a razão do custo dos papeis no mercado de valores ser tão alto em um dia e se tornar irrisório no dia seguinte; de se pagar tão alto nos medicamentos atordoados que procuram solapar nossas angústias e tristezas. Eis a razão pela qual os jovens do mundo inteiro que cresceram num mundo cibernético, onde a liberdade de expressão e de construção de meios de se viver e se relacionar são imediatos, vêm questionando

os fundamentos desse mundo que se recusa a dobrar-se aos anseios de liberdade e democracia radical.

Crise de crença e crítica contra os arreios que se colocam em nome da sensatez, da lógica e da segurança econômica. Essa descrença generalizada se dá também no terreno da educação. O som dos professores nas ruas, nas assembleias legislativas e nos corredores das escolas, bem como a mobilização e o engajamento político dos coletivos afinados com uma educação de qualidade comprovam que não há melhoria da qualidade da educação e nem aumento de investimentos na área.

Os professores mais novos, recém-chegados às universidades brasileiras e empurrados pela crença em contribuir com o desenvolvimento científico, social e econômico do país já percebem claramente a ironia das propostas governamentais. Os aposentados já não podem contar nem mesmo com seu antigo salário, pois o governo teima em retirar seus direitos de anos de dedicação ao desenvolvimento do país.

Por um lado, parece que muitos ainda vivem a ilusão de que somos um povo respeitado porque temos Copa do Mundo e Olimpíadas e “estamos crescendo como um gigante que se levanta de seu berço esplêndido em caminho ao futuro”. Por outro,

se irrompe um chamado a acordar. Esse grito vem de longe, por vezes: no Chile, na Espanha, nas Arábias, na Colômbia e nos EUA. Mas às vezes está mais próximo: em Fortaleza, no Rio ou ali próximo, sob uma Fernando Ferrari esfumada e ardente. Que sons são esses? Do que essas pessoas falam?

Esse chamado é daqueles que querem nos acordar para nos fazer sonhar! Um sonho que seja o nosso, não o do governo ou o do capital financeiro. Um sonho que reconheça o fato de que nos esforçamos para auxiliar as crianças, jovens e adultos também a sonharem em conhecer mais, fazer mais, ser mais. Um sonho que valoriza o uso da educação e não as trocas econômicas que se dão a partir dela.

Sonhar um sonho de que, por meio de nossa ação, nunca somente individual, mas sempre coletiva, respeitosa e solidária vamos fazer de nossos esforços a educação que nós queremos. Pensando nesse sonho, mobilizados pela intolerância ao discurso desacreditado dos governos e pela insuportável vontade de gritar junto dos vários movimentos sociais que tornaram 2011 um ano histórico, que nos despedimos de todos os associados desejando-lhes um início de 2012 com um sonho e uma vontade de agir. Em 2012, aguardamos todos conosco, indignados, no sonho e na ação!

Thiago Drumond Moraes
1º Tesoureiro

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.
ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29060-900

Telefone: 27. 3335.2717
Telefax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
adufes@adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Temístocles de Sousa Luz
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes
1º tesoureiro

Flávia Meneguelli Ribeiro Setubal
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Rafael da Silveira Gomes
1ª suplente

Bernardete Gomes Mian
2ª suplente

Susane Petinelli Souza
3ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:
Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design
Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

adufes

Especial Educação ▶

Educação básica no limite

Situação de violência na escola, adoecimento de professores e cumprimento da lei do Piso Nacional impulsionaram as lutas pela educação básica.

O ano de 2011 foi marcado por greves de professores da educação básica. Em todo o país, mobilizações evidenciaram as problemáticas vividas por esse segmento. As péssimas condições de trabalho e salário, os índices de violência na escola e o adoecimento dos professores foram os principais elementos que contribuíram para a emergência dessas lutas.

“A situação da educação básica chegou a um limite. O agravamento dos problemas tornou a situação intolerável”, afirmou o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública no Espírito Santo (Sindiupes), Swami

Bérgamo. De acordo com ele, a violência é um dos motivos que levou os professores a aderir de maneira tão forte a essas lutas. “Hoje não temos mais a garantia de nossa integridade física dentro da escola. A violência é um problema social que possui rebatimento direto no cotidiano escolar”, explicou Swami.

Além disso, ele relatou que o adoecimento de professores devido às péssimas condições de trabalho também impulsionou as lutas. “Há professores com menos de 5 anos de sala de aula que utilizam remédios para controle emocional”, relatou Swami. Conforme



Foto: Ricardo Aguiar

Professores de Vitória realizam ato durante a greve

levantamento do Sindiupes, até agosto de 2011, foram concedidas 700 licenças médicas para os professores da rede municipal de Vitória por problemas psiquiátricos,

sendo 356 por depressão, 187 por transtornos de ansiedade, 41 por transtornos bipolares e 72 por estresse. No total, a rede possui cerca de 4.000 docentes.

Luta pelo cumprimento do Piso Nacional mobilizou todo o país

Outra questão que impulsionou as lutas foi o cumprimento da Lei 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial nacional da educação básica. De acordo com a legislação, o salário inicial para a categoria do magistério é de R\$ 950,00 por 40 horas semanais de trabalho. Entretanto, em muitos estados e municípios essa lei nunca foi cumprida. “A luta pelo cumprimento do piso e as discussões em torno do Plano Nacional de Educação impulsionaram uma luta nacional”, relatou Swami Bérgamo.

Problemas de fundo. Para o diretor do Sindiupes, os problemas de fundo da educação básica são o financiamento da educação, a desvalorização

profissional e a falta de democracia nas escolas. “O Governo Federal investe pouco na educação básica, delegando a maioria das responsabilidades aos estados e municípios. Além disso, o dinheiro é mal empregado”, relatou Swami. Ele disse que parte dos recursos é destinada ao financiamento de programas em empresas privadas, como no caso das bolsas de estudos em faculdades.

“A categoria do magistério também é muito desvalorizada do ponto de vista salarial se comparada a outros segmentos profissionais de nível superior. Além disso, muitas vezes, o professor compensa a falta de infraestrutura da escola com recursos próprios, como



Foto: SINDUTE-MG

Magistério reivindica cumprimento do Piso Nacional

no caso de cópias para aplicação de provas”, relatou.

Para o diretor do Sindiupes, essa situação precisa ser revertida pelo Estado por meio do cumprimento da legislação

federal, pela adoção de políticas que valorizem a formação profissional e pela garantia da infraestrutura escolar, o que só é possível com o financiamento público da educação.

Lutas pela Educação Pública em 2011



Rio de Janeiro, junho: Professores da rede estadual do Rio de Janeiro fizeram greve durante dois meses por um reajuste emergencial de 26%. Além de manifestações em frente à Assembleia Legislativa do RJ, houve um acampamento na Rua da Ajuda, em frente à Secretaria de Educação do Estado.



Técnicos das universidades, junho: Os técnico-administrativos das universidades federais ficaram 110 dias em greve. Além de lutar por reajuste salarial e pela reestruturação da carreira, reivindicaram a não aprovação da PEC que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que privatiza os hospitais universitários.

Expansão do Ensino Tecnológico

Interiorização do Ifes não é acompanhada de infraestrutura adequada e qualidade do ensino fica comprometida

O Instituto Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Ifes) é a maior expressão da atual política pública de educação profissional brasileira, que promove grandes expansões sem oferecer a devida estrutura física das escolas e com baixa remuneração aos profissionais da área, tanto professores quanto técnico-administrativos. Atualmente, o Ifes conta com 17 campi no Espírito Santo, 32 pólos, mais de 18 mil alunos e apenas 1.900 servidores.

De acordo com o professor do departamento de Economia da Ufes, Helder Gomes, as decisões referentes à educação estão sendo tomadas por grandes conglomerados econômicos. “São

definidas ilhas de excelência para fornecer matérias-primas para as grandes potências industriais, sobretudo num momento de crise econômica. O ensino tecnológico é apresentado como uma promessa de empregabilidade local”, explicou. Ele ainda disse que consultores capixabas contratados indicam para o governo e para as prefeituras onde localizar esses projetos a partir de uma definição de qual seria a “vocação natural” de cada município.

Segundo Helder Gomes, para atender às empresas, o mercado de trabalho capixaba passa por um processo de requalificação e treinamento. “Há uma avalanche de formação de técnicos



Foto: Sinasefe

Sinasefe realiza Marcha em Brasília para pressionar Governo Federal

tanto nas redes públicas e nas redes privadas como se o problema fosse dificuldade de empregabilidade”, disse. O professor explica que não basta ter uma qualificação profissional, pois há um

desemprego estrutural. “Os desempregados com qualificação profissional servem para diminuir o valor da mão-de-obra e aumentar os lucros do empresariado”, salientou Helder.

Expansão dos Ifes precariza as condições de trabalho dos servidores

A expansão das unidades do Ifes não tem sido acompanhada por condições adequadas de trabalho aos profissionais, o que justifica a greve história dessa categoria neste ano. Para o professor de História do Ifes de Aracruz e diretor do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Thiago Camilo, a expansão está sendo executada com o mínimo necessário, ou seja, salas de aulas. “Espaços importantes para uma educação de qualidade, como bibliotecas, laboratórios,

áreas para práticas esportivas, por exemplo, ficam à espera. Enquanto isso, os professores, técnicos e estudantes têm que ficar improvisando”, explicou o docente. De acordo com ele, a Rede Federal de Educação Profissional caminha em direção ao sucateamento, antes sequer de ter se estruturado plenamente.

Diante desse contexto, no início do mês de agosto, cerca de 90% dos servidores do Ifes aderiram à greve da categoria. A paralisação fazia parte de um movimento nacional, organizado pelo Sinasefe, que



Foto: Sinasefe

Trabalhadores do Ifes paralisam BR 101, em São Mateus, durante a greve

reivindicava reajuste emergencial de 14,67%, reestruturação da Carreira Docente, manutenção e ampliação de Con-

ursos Públicos para Docentes e Técnicos Administrativos e investimento de 10% do PIB para a Educação Pública.

Lutas pela Educação Pública em 2011



Espírito Santo, junho: Estudantes lutam pela redução no preço da passagem e são bombardeados pelo Batalhão de Missões Especiais (BME) dentro da Ufes. Mais de 4 mil estudantes saem às ruas para protestar contra a violência policial e reivindicar melhorias no transporte público urbano.



Chile, agosto: Estudantes chilenos realizam manifestações com mais de 100 mil pessoas nas ruas de Santiago e em outras cidades do país. Eles reivindicam educação gratuita em todos os níveis, uma vez que, desde o período de Pinochet, a educação foi totalmente privatizada.

Os rumos do ensino superior

Reuni amplia vagas, mas qualidade do ensino fica comprometida. Privatização avança no ensino superior e chega aos hospitais universitários.

Após 4 anos de sua aprovação nas universidades públicas, inclusive em vários cursos da Ufes, o Reuni, que pretendia ampliar o acesso e permanência na educação superior, tem aprofundado o processo de precarização das condições de trabalho docente e prejudicado a qualidade do ensino.

De acordo com o diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Vitor Cesar Noronha, a expansão da universidade é uma bandeira histórica do movimento estudantil. “Sempre defendemos a expansão e a universalização da educação superior pública. No entanto, queremos uma universidade em que haja condições dignas para o desenvolvimento pleno do ensino, pesquisa e extensão”, defendeu. Conforme Vitor, a universidade tem se afastado dessa perspectiva.

Outra medida para o ensino superior foi o Programa Universidade para Todos (Prouni), que financia vagas em instituições privadas de ensino. “As obrigações públicas do Estado têm sido transferidas para a iniciativa privada, transformando o que é de direito social em mercadoria a ser comprada”, evidenciou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Ele salientou que, ao deixar de se investir na universidade pública, também se deixa de reconhecer o trabalho dos professores. “Passamos um ano tentando negociar com o governo e chegamos ao final de 2011 sem uma definição sobre a reestruturação da carreira docente e sobre as correções salariais”, explicou.

Diante das problemáticas evidenciadas, o presidente da Adufes acredita que é necessário

que a comunidade acadêmica faça uma avaliação das políticas para a educação superior, em especial o Reuni. “É somente a

partir dessa análise que poderemos nos organizar para apontar sugestões ante ao desmonte da universidade”, propôs.



Hospitais Universitários e o SUS sofrem com privatizações

As universidades públicas brasileiras têm passado por um processo de privatização, que também atinge os Hospitais Universitários. Foi aprovado pelo Senado, no mês de novembro, o Projeto de Lei 79/2011, que cria a Empresa Brasileira de Hospitais Públicos (Ebserh), que, na prática, privatiza os Hospitais Universitários.

Para a representante do Sindicato dos Técnico-administrativos da Ufes, (Sintufes), Janine Teixeira, a PL 79/2011

aprofunda a precarização da universidade pública. “A privatização do hospital universitário irá precarizar o atendimento e abrir espaço para o atendimento particular em detrimento do público”, explicou Janine. Além disso, colocará sob a administração de uma empresa, em regime de fundação, a gestão dos hospitais universitários.

O PL 79/11 também fere a autonomia universitária, pois possibilita a contratação de trabalhadores terceirizados,

o que compromete o caráter acadêmico da pesquisa e extensão dos hospitais universitários. “A Ebserh poderá contratar e demitir trabalhadores como bem entender, afinal os celetistas não têm estabilidade no Hospital, o que pode dificultar o andamento dos trabalhos na instituição”, disse Janine Teixeira.



Foto: Comunicação Adufes

Ato em defesa da educação pública critica PL 79/11



Trabalhadores do Ifes, agosto: Os professores e técnico-administrativos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) protagonizaram uma greve histórica de mais de 90 dias. Eles reivindicaram melhores condições de trabalho e estruturação dos campi do interior, pois a expansão dos Ifes não foi acompanhada da garantia na qualidade do ensino.



Ceará, agosto: Professores da rede estadual do Ceará realizaram greve de fome na Assembleia Legislativa para aprovação da Lei do Piso Salarial. Eles foram violentamente retirados do local pela Polícia Militar. A greve da categoria durou mais de 60 dias.

Dívida pública e educação

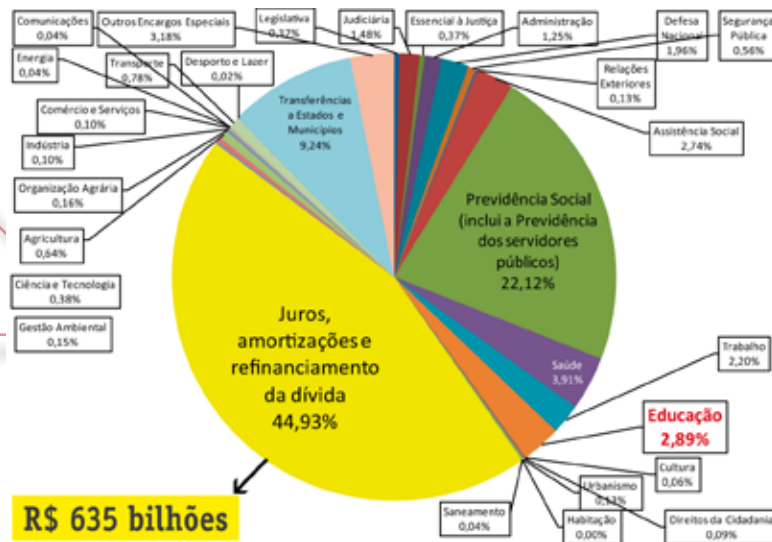
Governo Federal prioriza pagamento de juros da dívida ao invés de investir na educação pública

Apesar de ser classificado como 7ª potência econômica do mundo, o Brasil ocupa o 84º lugar no índice de atendimento aos Direitos Humanos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). O país contabiliza cerca de 14 milhões de analfabetos e 29,5 milhões de analfabetos funcionais. Tal quadro não poderia ser diferente, uma vez que a prioridade do Orçamento da União tem sido o pagamento de juros e amortizações da dívida pública ao invés de áreas sociais, como educação e saúde.

Segundo o movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida, em 2010, o pagamento de

juros e amortizações da dívida pública consumiu R\$ 635 bilhões, ou seja, 45% do Orçamento Federal. No mesmo período, destinou-se menos de 10% a políticas sociais essenciais: Educação (2,89%), Saúde (3,91%), Segurança (0,56%) e Reforma Agrária (0,16%). Para a área da educação, atualmente destinam-se 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Já para o pagamento de juros da dívida, foram destinados, em 2011, 38,5% do PIB.

A Campanha pela aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública foi construída exatamente nesse cenário. “Aproveitando a discussão do Plano Nacional de Educação,



R\$ 635 bilhões

o Andes-SN e as entidades sindicais pautaram o plebiscito por 10% do PIB. Além de exigir a ampliação de recursos para a educação, essa pauta

questiona as prioridades do orçamento do Governo Federal”, explicou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Crise econômica agrava problema da dívida pública

Para a Auditora Fiscal da Receita Federal, Maria Lúcia Fatorelli, o mecanismo da dívida pública nos países periféricos é uma forma de manter a dominação do capital financeiro nesses territórios. Com a crise econômica, a dívida pública tem sido ampliada. “Para que os bancos não quebrassem, os Estados nacionais injetaram montantes de recursos no setor financeiro e ficaram altamente endividados”, explicou Fatorelli. Ela disse que, endividados, os estados estão cortando gastos sociais, sacrificando toda a população para dar conta dos compromissos da dívida.

Um exemplo de país com grande endividamento e cortes

nas áreas sociais é a Grécia. A dívida pública grega alcançou 340,227 bilhões de euros em 2010, o que representa 148,6% do PIB do país. O reflexo dessa situação nas áreas sociais se dá pelo aumento de impostos, corte de gastos na previdência pública, demissões em massa e privatização de setores importantes da economia.

No Brasil, embora a crise não tenha tido impactos tão explícitos, ocorrem cortes nas áreas sociais e pouca ampliação de investimentos. Na visão do professor de economia da Ufes, Maurício Sabadini, o Brasil não está imune ao agravamento dos efeitos da crise financeira, uma vez que parte do PIB está



Foto: processorelativo.wordpress.com

Efeitos da crise econômica gera protesto de trabalhadores gregos no 1º de maio

comprometido com o pagamento da dívida pública. “A dívida brasileira é controlada em 56% por instituições financeiras internacionais. Em caso de turbulência na economia

mundial, os reflexos no Brasil serão imediatos”, explicou Sabadini. Ele complementou dizendo que, no capitalismo atual, interconectado, nenhum país está imune à crise.

Lutas pela Educação Pública em 2011



Espanha, setembro: Milhares de pessoas marcharam em defesa do ensino público e contra os cortes na educação decretados pelo governo de Madri. As manifestações foram convocadas pelos sindicatos do setor e reuniram cerca de 50 mil professores, estudantes e pais de alunos sob o lema “A educação não é despesa, é investimento. Não aos cortes”.



Colômbia, novembro: Mais de meio milhão de estudantes das 32 universidades públicas da Colômbia entraram em greve em rejeição a um projeto de reforma da lei de educação superior que privatiza seus centros de estudo.

Entrevista ▶

Valentina Olivares. Luta pela educação no Chile revela desgaste do neoliberalismo

A estudante de Psicologia da Universidade do Chile e integrante do Coletivo Práxis, Valentina Olivares, relata os motivos que impulsionaram as mobilizações chilenas em 2011.



Foto:Divulgação

Valentina Olivares: "A população chilena vive num apartheid educativo"

▶Quais os principais problemas da educação chilena?

Assim como outros direitos sociais, mas de maneira muito mais radical, a educação é um direito mercantilizado. É uma imposição desde a época da ditadura de Pinochet. A legislação neoliberal dos anos 1990 ordenou a educação de mercado em nível secundário e universitário, legitimando-a. A educação passou a ser um bem de consumo que oferece mobilidade social.

A população em geral estuda em um sistema educativo completamente segmentado, num apartheid educativo. As classes mais baixas e populares estudam em colégios municipais de baixa qualidade e os colégios de maior qualidade cobram, o que significa um sacrifício econômico para as famílias.

▶O que motivou a explosão da luta estudantil no Chile?

Nos anos 1990, houve a contra reforma da educação, que já estava pautada desde os anos 1980 pelos projetos do Banco Mundial. Esse cenário de ataques aos direitos gerou uma fragmentação nos movimentos sociais. Nossos pais e mães também sofreram grande repressão militar pela

ditadura, que matou muita gente. Além disso, enfrentaram um governo pós-ditadura, La Concertación, com discurso progressista, mas que não modificou nada o modelo econômico e social. Foi um período de grande abatimento das organizações sociais.

Porém, o desenvolvimento do modelo neoliberal no Chile gerou a situação em que estamos hoje. O que ocorre atualmente não é devido apenas ao presidente Piñera, mas ao desgaste do modelo neoliberal. Nesse marco, é retomado um desenvolvimento político importante dos movimentos sociais e estudantil, que se recompõem e começam a aparecer como atores políticos de levante nos anos recentes. Essa experiência de acumulação pode explicar a explosão da luta estudantil hoje. Tem a ver com uma questão geracional. Os jovens hoje mobilizados nasceram no governo civil, não na democracia, o que seria uma mentira. E nos portamos com a história de estar livres da repressão da ditadura sofrida pelos nossos pais e de não sermos partícipes do pacto que solucionou a crise intra-burguesa pelo governo de La Concertación. Estamos diante de outra situação histórica, diante do modelo político e econômico atual, o neoliberalismo.

Também houve um trabalho contracultural, de educação popular, que funcionou como uma resposta ao abandono da luta política tradicional nos anos 1990. Pelo descrédito à política, a juventude se volta a experiências culturais, como

esportes, bibliotecas populares, o que contribui para politizar esse segmento.

▶Como se deu a aliança entre os estudantes secundários e universitários?

A aliança entre os secundários e universitários tem a ver com ações e gestos de ambas as partes. Em 2006, na luta nacional por educação pública, cedemos o protagonismo que sempre tivemos e apoiamos a luta dos secundários, sem instrumentalização do movimento.

O movimento secundário tem avançado rápido da luta corporativa para a luta política, tendo em vista a experiência de 2006. Mas os universitários ainda estão com a pauta bastante corporativa. Os fatores políticos facilitam a convergência entre os estudantes pela relação de base. Neste ano, houve mobilização dos estudantes secundários e universitários com os trabalhadores do cobre, com a pauta que vinculava a renacionalização do cobre a mais recursos

públicos para a educação, fato que demonstra a aliança com setores estudantis e setores mais conscientes da classe trabalhadora.

▶Quais os desafios da luta estudantil no Chile?

O que exige o cenário atual é uma avaliação política das organizações populares do que vai passar com a questão legislativa. O que deve fazer a população diante do fato de que o governo não vai legislar sobre nossas propostas? Apostamos, a médio prazo, numa questão programática, pela realização de uma Constituinte, com um processo de assembleias populares. Entretanto, o que se acumula desse processo é o povo, ao apoiar os estudantes, se identificar como povo, em discussões nas esquinas, assumindo problemas individuais como coletivos, o que é uma abertura a uma mudança subjetiva da população chilena, fundamental para uma aposta de construção revolucionária, a médio prazo.



Estudantes chilenos ocupam as ruas de Santiago em manifestações massivas pela educação gratuita

O desafio é transformar reivindicações em ações concretas

O ano de 2011 foi marcado por diversas lutas pela qualidade da educação. No Brasil, a carreira docente e a campanha por 10% do PIB na educação marcaram a luta do Andes-SN. Na avaliação da presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa, em entrevista concedida ao Caderno de Notícias, o desafio é fazer com que essas reivindicações se transformem em ações.

Quais as principais lutas do Andes-SN pela Educação Pública em 2011?

Uma das principais bandeiras é a campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”, que faz parte do Plano de Lutas do Sindicato Nacional. No 56º CONAD, realizado em julho, reafirmamos que um ponto importante é o financiamento proposto para o PNE, do qual praticamente todas as outras metas são dependentes. Para isso, buscamos a articulação com outras entidades e realizamos diversas atividades em todo o Brasil.

Outra grande luta foi trazer a

discussão da produção de ciência e tecnologia nas universidades e da mercantilização desta produção que cada vez mais empobrece o conhecimento produzido na academia e também tem efeito nefasto na saúde dos docentes. Além disso, temos também as lutas pelas campanhas salariais nos setores, cujas reivindicações vão além da questão financeira, e visam à melhoria das condições de trabalho, a reestruturação dos planos de carreiras no âmbito das Federais e de algumas Estaduais.



Servidores Públicos Federais lutam contra projetos de lei que prejudicam os trabalhadores

E quais nossos desafios?

A expansão da educação pública a qualquer custo, apenas para assegurar índices quantitativos, sem garantir qualidade, precisa ser combatida. Em várias partes do mundo, a população foi às ruas exigir melhorias na educação. O grande desafio é que essas reivindicações se transformem em ações. Com o quadro de crise mundial, a retirada de direitos é umas das saídas que têm sido erroneamente usada em países da Europa para acalmar os ânimos do mercado. Tal alternativa também vem sendo aplicada, com menos alarde, pelo governo brasileiro, pela privatização dos hospitais públicos, tentativa de financeirização da previdência dos servidores e congelamento de salários. Temos que seguir as lutas nos estados para valorizar o trabalho docente, enfrentar as condições aviltantes de trabalho e de salário e defender o caráter público da educação.

Nas negociações com o Governo Federal, o desafio é tornar o movimento nacionalmente consistente e consciente, para termos força na negociação e evitarmos que, numa eventual queda de braços, o governo volte a incidir com o jogo despolitizado das tabelas, obscurecendo que realmente está em disputa. Assim, precisamos manter a interlocução com o governo e ao mesmo tempo nos prepararmos para o confronto que será duro e se aproxima.

Quais foram nossas conquistas?

Os pontos altos da campanha “10% PIB para a Educação Pública, Já!” foi a realização de uma ala específica na marcha da Jornada Nacional de Lutas, que aconteceu em Brasília no mês de agosto, e o plebiscito popular. Em relação à questão do produtivismo, realizamos um seminário pré-Conad sobre o tema e também um grande Seminário de Ciência e Tecnologia, no segundo semestre, que permitiu aprofundar o tema e colher subsídios para atualizar a pauta de lutas do sindicato. Perante a luta dos setores, registramos avanços nas Estaduais, com greves vito-

riosas que tiveram significativo apoio da sociedade civil. No âmbito das Federais, o acordo emergencial firmado com o governo permitiu a recuperação de algumas perdas históricas amargadas pela categoria e representou um avanço estrutural positivo no sentido do projeto de carreira defendido pelo Andes-SN, quando incorpora gratificação e atende igualmente a ativos e aposentados e as carreiras EBTT e do Magistério Superior, com a possibilidade de negociação sobre a reestruturação do atual plano de carreira, que é a principal bandeira da nossa campanha de 2011.



Campanha por 10% do PIB mobiliza trabalhadores da educação